

LEI Nº 304/2016 - LEG.

<u>SÚMULA:</u>- INSTITUI A CÂMARA JOVEM NO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL E ESTABELECE NORMAS PARA SEU FUNCIONAMENTO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILANDIA DO SUL APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PROMULGO A SEGUINTE.

LEI

- **Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, a "Câmara Jovem", com os seguintes objetivos gerais:
- I despertar no jovem a consciência da cidadania aliada à responsabilidade com o seu meio social e sua comunidade:
- II integrar com o Poder Legislativo a responsabilidade de despertar a ética, a cidadania, valores reflexivos e reais para uma sociedade moderna;
- III criar junto à comunidade espaços para o crescimento dos anseios dos jovens em direção à conquista da cidadania, num processo de contínua aprendizagem.
- **Art. 2º** Constituem objetivos específicos do programa:
- I proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre projetos, lei e atividades gerais da Câmara Municipal de Marilândia do Sul;
- II possibilitar aos alunos o acesso e conhecimento dos Vereadores da Câmara Municipal de Marilândia do Sul e as propostas apresentadas no Legislativo em prol da comunidade:
- III favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas do município de Marilândia do Sul que mais afetam a população;



- IV proporcionar situações em que os alunos, representando as figuras dos vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da cidade ou determinados grupos sociais;
- V sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do projeto "Câmara Jovem" e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.
- **Art. 3º -** A "Câmara Jovem" será composta por 9 membros; mesma quantidade de vereadores que compõem a Câmara Municipal, sendo reservadas 6 vagas para Alunos do Colégio Estadual Padre Ângelo Casagrande e 3 vagas para alunos do Colégio Tancredo Neves, para alunos que estejam matriculados e cursando do 6º ao 8º ano do ensino fundamental do Município de Marilândia do Sul, mediante processos seletivos de escolha, vedada a reeleição.
- § 1º O processo de escolha dos Vereadores Jovens, dar-se-á por eleição, mediante voto direto e secreto, dela podendo participar como eleitores os alunos devidamente matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental dos estabelecimentos escolares públicos do município de Marilândia do Sul.
- § 2º A candidatura a Vereador Jovem é individual, podendo candidatar-se alunos com idade mínima de 11 anos e máxima de 15 anos na data da realização da eleição e que estejam devidamente matriculados do 6º ao 8º ano do ensino fundamental dos estabelecimentos de Ensino Público de Marilândia do Sul.
- §3º A campanha deverá se desenvolver internamente, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental, no período de 10 (dez) dias corridos anteriores à realização da eleição, priorizando-se o debate e exposição de idéias, sendo expressamente proibida a atuação de partidos políticos, o uso de símbolos, logotipos, siglas e outras formas que possam identificar a influência partidária.
- § 4º Caberá a Câmara Municipal a organização e coordenação da eleição da Câmara Jovem, estabelecendo normas, estipulando dias, horários e outras condições que deverão ser observados pelos candidatos, garantindo igualdade entre os mesmos durante a campanha eleitoral.
- § 6º Esses e outros critérios para eleição dos vereadores-Jovens, posse e exercício do mandato serão definidos em Regimento Interno próprio, por ato da Mesa Diretora.
- **Art.** 4º A eleição para Câmara Jovem ocorrerá em data estipulada por ato da Mesa Diretora.
- **Art.** 6º Fica criada, na Câmara Municipal, uma comissão representativa do Legislativo para acompanhar os trabalhos de eleição dos vereadores Jovens.



- **Art. 6º -** Serão considerados eleitos 9 (nove) alunos titulares e 9 (nove) alunos suplentes.
- § 1º Os candidatos eleitos participarão de Sessão Solene realizada pela Câmara para diplomação e posse na última semana do mesmo mês das eleições.
- § 2º A primeira Reunião deverá promover a eleição para composição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos da Câmara Jovem, mediante votação secreta, para preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
- **Art. 7º -** Compete à Câmara Jovem, especificamente, apresentar proposições que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade, relativa à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança pública e outros assuntos de interesse público.
- § 1º O Poder Legislativo fornecerá normas e modelos de proposições para que os Vereadores-Jovens possam sistematizar suas propostas;
- § 2º As propostas dos Vereadores-Jovens serão, por parte do Legislativo Municipal, objeto de análise, deliberação das proposições e posterior encaminhamento aos órgãos públicos competentes.
- **Art. 8º -** As sessões da Câmara Jovem realizar-se-ão mensalmente, tendo como local o plenário do Poder Legislativo do Município de Marilândia do Sul.
- <u>Parágrafo único</u> A mesa da Câmara Municipal estabelecerá, anualmente, calendário para as sessões da Câmara Jovem.
- **Art. 9º -** As deliberações da Câmara Jovem serão tomadas sempre pelo quorum de maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos Vereadores Jovens.
- § 1º Para garantir quorum integral, será permitido que o suplente substitua o titular, na ausência deste, mediante simples comunicado.
- § 2º O suplente somente assumirá a vaga do titular, em caso de desistência formalizada ou se este, faltar a 02 (duas) sessões consecutivas, sem motivo justificável, que sofrer punição disciplinar na escola e que deixar de tomar posse, sem motivo justificado.
- **Art. 10 -** O tempo de mandato dos Vereadores Jovens será estipulado por ato da Mesa Executiva antes das eleições, não podendo ultrapassar um ano contados à parir da posse.



- § 1º O mandato da câmara Jovem encerra-se em sessão solene, com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de Marilândia do Sul, os quais serão homenageados através de entrega de diploma.
- § 2º Os vereadores Jovens não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.
- **Art. 11 -** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.
- Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, aos 24 de março de 2016.

PEDRO SÉRGIO MILESKI Prefeito Municipal

Publicado em 25 e 26-03-2016

Jornal: Tribuna do Norte Edição 7536 pág. C05